

A (IM) POSSIBILIDADE DE ABORDAR A QUESTÃO DE GÊNERO NO ENSINO DE FILOSOFIA DO ENSINO MÉDIO

Adenaide Amorim Lima ¹

RESUMO

Este trabalho examina, a partir de uma abordagem bibliográfica exploratória e analítica, três perspectivas sobre a temática de gênero como conteúdo potencial para a filosofia no ensino médio, avaliando os limites e as possibilidades dessas abordagens à luz da Lei n.º 13.467/2017 e da Base Nacional Comum Curricular. As três perspectivas são: 1) Genealogia e desconstrução, proposta pela feminista e filósofa Alicia Puleo, cujo objetivo consiste em, a partir dos discursos filosóficos misóginos e sexistas, analisá-los e desconstruí-los, seguindo sua genealogia; 2) Reconhecimento das filósofas, a pensadora Graziela Rosa propõe reiniciar a história da filosofia pensando os conteúdos e leituras filosóficas com referenciais femininos, explorando a diversidade que ficou ocultada por muito tempo, reconhecendo o que as mulheres disseram em todos os períodos da história da filosofia; 3) Problematização da identidade e diversidade de gênero, Ediovani Gaboardi reconhece que essa é uma temática que não faz parte dos currículos de filosofia, mas pode-se encontrar uma saída a partir dos princípios que orientam o ensino médio que são: a estética da sensibilidade, a política da igualdade e a ética da identidade. Como conclusão, evidenciamos que o ensino de filosofia no ensino médio pode e deve ser um espaço de resistência e transformação, onde as discussões sobre gênero não são apenas pertinentes, mas essenciais para a promoção de uma educação verdadeiramente inclusiva e emancipatória.

Palavras-chave: Estudo de Gênero, Ensino de Filosofia, Desenvolvimento Curricular.

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa, a partir de uma abordagem bibliográfica exploratória, três perspectivas sobre a temática de gênero como conteúdo para a filosofia no ensino médio, avaliando os limites e as possibilidades dessas abordagens à luz da Lei n.º 13.467/2017 e da Base Nacional Comum Curricular. É importante frisarmos que gênero tornou-se, na contemporaneidade, um conceito polissêmico e até mesmo controverso a depender do contexto em que esse conceito é evocado. Isso quer dizer que, o trabalho com gênero no ensino de filosofia, conforme veremos ao longo deste texto, pode dar-se de maneiras diferentes e enfoques variados, razão que justifica o porquê de algumas abordagens serem mais “fáceis” de se trabalhar, em detrimento de outras.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria (PPGF/UFSM); Bolsista do Programa de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGED/UESB); Licenciada em Pedagogia e Filosofia. E-mail: adenaideamorim@gmail.com.

Primeiramente, apresentamos a proposta da feminista e filósofa argentina Alicia Helda Puleo. Ao analisar a base dos discursos misóginos e sexistas de grandes filósofos do nosso cânone, desde a antiguidade até a contemporaneidade, Puleo mostra que esses discursos são, na verdade, “respostas” às ideias transgressoras de homens e mulheres que por pensarem diferente, desafiaram o *status quo* de sua época. Desse modo, esses discursos são esforços para aterrar, emudecer e desacreditar, principalmente as mulheres, que ousaram de algum modo.

A segunda abordagem sobre o ensino de gênero na filosofia é a da também feminista, pesquisadora e professora de filosofia Graziela Rinaldi da Rosa. Esta autora aponta caminhos significativos para o resgate do pensamento das filósofas que, ao longo do tempo, foram silenciadas e tiveram seu pensamento ignorado pelo machismo filosófico, pelo simples fato de serem mulheres. Não há desculpas para não ensinar filosofia feita por mulheres. Rosa apresenta um leque de mulheres que refletiram filosoficamente na antiguidade, na idade média, na modernidade e na contemporaneidade. Estas filósofas, assim como ocorre com os filósofos, podem contribuir com a discussão em vários eixos filosóficos.

A terceira e também a mais polêmica dentre as três abordagens é proposta pelo pesquisador e professor de filosofia Ediovani Antônio Gaboardi. Este autor apresenta justificativas quanto à necessidade de se trabalhar a identidade e a diversidade de gênero no ensino de filosofia no atual contexto, ao mesmo tempo, ele apresenta os impedimentos para que isso de fato se efetive no contexto brasileiro. Então, Gaboardi aponta algumas saídas. Na condição de professores de filosofia, devemos analisar até que ponto estas saídas são viáveis e de que forma podemos elaborar outras saídas para que a identidade e a diversidade de gênero seja também uma questão filosófica aceita, apreciada e discutida em sala de aula.

Estas proposições serão analisadas levando em consideração dois contextos normativos que limitam o ensino de filosofia atualmente, ou seja, a Reforma do Ensino Médio estabelecido na Lei n.º 13.467/2017 que traz alterações no que diz respeito aos conteúdos trabalhados em sala de aula, bem como a não obrigatoriedade da Filosofia no Novo Ensino Médio, mesmo após sua recente revogação, uma vez que é normatizado pela BNCC (2018) que tende a promover a diluição dos conteúdos filosóficos.

GENEALOGIA E DESCONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS SOBRE A DESIGUALDADE DE GÊNERO NA FILOSOFIA

Segundo Puleo, quando falamos de *gênero*, na grande maioria das vezes estamos nos referindo a um conceito construído que vem sendo estabelecido já há bastante tempo pelas ciências sociais para analisar a construção sócio-histórica das identidades masculina e feminina. Estes estudos afirmam que, de todos os mecanismos e elementos que legitimam o sistema de gênero, os discursos de legitimação ou ideologia da desigualdade sexual são os mais eficazes. “São sistemas de crenças que especificam o que é característico de um e outro sexo e, a partir daí, determinam os direitos, os espaços, as atividades e as condutas próprias de cada sexo” (PULEO, 2004, p. 13).

A subjugação do sexo feminino tiveram presentes desde as criações mitológicas como, por exemplo, o mito da Pandora e de Eva, até ciências que, por muito tempo, têm corroborado com discursos de legitimação da desigualdade entre homens e mulheres na sociedade. Alicia Puleo lembra o caso da exclusão das mulheres da cidadania no momento da instauração das democracias modernas: “[...] célebres médicos-filósofos como Cabanis fundamentaram o não-reconhecimento dos direitos políticos como o voto, com sua teoria da debilidade cerebral da mulher” (2004, p. 14), além de recomendar a sua dedicação integral à maternidade.

Não podemos esquecer também do impacto que teve a teoria de Charles Darwin no século XIX, e como a sociologia de Herbert Spencer ajudou a sedimentar certas crenças de uma suposta menoridade intelectual das mulheres, afirmando que a mulher seria um ser que intelectualmente estaria entre o homem e a criança. Mesmo havendo muitas pensadoras feministas reivindicando um lugar social para a mulher, que não aquele da vida doméstica, Darwin, juntamente com a mentalidade sexista de sua época, as ignorou completamente, conforme revelam as cartas trocadas entre ele e Caroline Augusta Kennard (Cf. SANTOS, 2021).

Mas, e a filosofia? A filosofia, juntamente com os demais campos de conhecimento humano no ocidente, desde a antiguidade clássica, tem ajudado a disseminar discursos de superioridade dos homens em relação às mulheres. O desafio da filosofia, atualmente, é desconstruir esse espaço de dominação masculina que ela mesma ajudou a construir. E como ela (a filosofia) vem trabalhando a questão de gênero atualmente? De acordo com Puleo existem quatro tipos diferentes de trabalho: genealogia e desconstrução; constituição de um *corpus* filosófico não-sexista; reconhecimento das filósofas; discussões feministas e de gênero no interior da filosofia, gerando teorias próprias.

Como recorte para este tópico, focamos na genealogia e desconstrução. Este

trabalho consiste em, a partir dos discursos filosóficos existentes, analisá-los e desconstruí-los, seguindo sua genealogia. Caracteriza-se pela exposição do modo como determinado discurso misógino/sexista surgiu, bem como o seu contexto e como esse discurso foi se afirmando no decorrer do tempo. “Outra variante desse trabalho é focalizar uma teoria ou corrente filosófica e mostrar as incoerências ou as contradições internas” (PULEO, 2004, p. 15).

Certamente Puleo, quando propõe essa discussão, ela não está pensando no ensino de filosofia, mas não podemos naturalizar ou ignorar o que disseram os filósofos sobre as mulheres, principalmente quando esses filósofos são os mesmos que consideramos clássicos e ainda estudamos hoje em dia. O professor de filosofia, ao abordar um texto filosófico com esse teor, em sala de aula, deve problematizar e desconstruir essas falácias, investigando sua origem e o porquê de estar presente no pensamento daquele autor, daquela maneira.

De acordo com Puleo, o trabalho investigativo, na perspectiva da genealogia e da desconstrução do discurso filosófico, na perspectiva de gênero, tem evidenciado que, na grande maioria das vezes em que há presença de discurso demasiadamente misógino ou sexista na filosofia, esse discurso tende a tratar-se de uma resposta ou um contra-ataque a um discurso feminista que despontava naquele contexto em que um determinado filósofo afirmou a sua perspectiva em relação à mulher. Como a história oficial da filosofia que conhecemos é a história dos vencedores, esses discursos “outros” foram marginalizados, silenciados e muitas vezes apagados.

Um discurso sexista, na grande maioria das vezes, leva o pensamento de um determinado filósofo à contradição. É justamente isso que ocorre, segundo Puleo, com os autores da chamada *Ilustração*, uma corrente de pensamento que se inicia no final do século XVII e se estende por todo o século XVIII. Um momento “[...] em que a razão deixa a prudente atitude cartesiana de se dedicar tão-somente à metafísica e à ciência e passa, em cheio, a criticar a sociedade e seus costumes. A Ilustração tinha por palavra de ordem – como disse Kant: ‘atreva-se a saber’” (PULEO, 2004, p. 17). Esse movimento que encorajava as pessoas a ter autonomia de pensamento, sem tutores religiosos ou de qualquer outro tipo, era encabeçado pelos mesmos pensadores que excluía e até combatiam a autonomia feminina.

As citações de Puleo mostram o quanto os discursos filosóficos têm servido para justificar a desigualdade entre os sexos. A boa notícia, segundo a autora, é que a própria filosofia pode romper com esse ciclo, através da sua criticidade. Puleo mostra que não

temos que desculpar filósofos misóginos ou sexistas com o argumento de que em seu contexto não havia mulheres inteligentes, que a questão da mulher não era discutida e que, por estas razões, eles escreviam absurdos sobre elas. Pelo contrário, os absurdos eram, na verdade, respostas a um pequeno movimento que tentava pensar de modo diferente a questão de gênero. Isso nos leva à próxima abordagem, a qual é a de resgate das filósofas no ensino de filosofia.

O RECONHECIMENTO DAS FILÓSOFAS NO ENSINO DE FILOSOFIA

Graziela Rinaldi Rosa inicia o seu texto, *As relações de gênero, diversidade e o “segundo sexo” na filosofia*, questionando se a filosofia tem sexo ou qual seria o sexo da filosofia. Baseando-se principalmente em Simone de Beauvoir, quem, segundo Rosa (2014), foi uma das primeiras pensadoras mulheres a se incomodar e a denunciar o que os filósofos diziam sobre as mulheres, recusando as noções, sem sustentação plausível, de superioridade masculina em detrimento da inferioridade feminina. Essa autora propõe recomeçar a pensar a história da filosofia com as mulheres inseridas nela, pensar conteúdos de filosofia elaborados por mulheres e a citar as mulheres com mais frequência.

Para Rosa, o que os filósofos disseram sobre as mulheres, ao longo da história da filosofia, é sério e demonstra o esforço constante que se fez para manter o *status quo* da desigualdade de gênero. Essa dinâmica tem contribuído para a grande ausência de filósofas no cânone da filosofia, a ausência de mulheres entre os “clássicos” da filosofia e no imaginário da grande maioria dos estudantes do ensino médio. Segundo Rosa (2014): “Isso é um problema de gênero, que deve ser trabalhado ainda na Educação Básica, no Ensino de Filosofia, na busca por uma educação para a diversidade” (p. 75).

A não inclusão de pensadoras no debate prejudica o desenvolvimento da própria filosofia. A título de exemplo, Todorov (2014) se diz surpreso com a cegueira da filosofia por aceitar, por tanto tempo, teorias associadas e antissociais de pensamento sobre a origem e a concepção de ser humano, sendo que as respostas mais plausíveis para as suas perguntas estavam diante dos seus olhos o tempo todo. A hipótese do filósofo é que isso ocorreu porque os autores destas narrativas eram do sexo masculino, tendo em vista que o conhecimento em relação à origem do indivíduo, ou seja, o seu nascimento e desenvolvimento, pertenceu por muito tempo exclusivamente ao universo feminino; os homens negligenciaram as observações de quem de fato as observavam e

eram proibidas de narrar.

Devido às inúmeras pesquisas, atualmente dispomos de um grande volume de contribuições de mulheres para a filosofia e vale muito a pena buscá-las. Precisamos reiniciar a história da filosofia pensando os conteúdos e leituras filosóficas com referenciais femininos e também citar as filósofas, explorando a diversidade que ficou ocultada por muito tempo, reconhecendo o que estas mulheres disseram em todos os seus períodos da história. Rosa (2014) cita mulheres que se fizeram presentes em todas as fases da filosofia e que podemos trazer para as aulas de filosofia do ensino médio, desde a antiguidade até a contemporaneidade.

Existe ainda outro problema, além do silenciamento das pensadoras e dos filósofos serem mais lidos e lembrados, é a aceitação de alguns temas como filosóficos e outros não, por exemplo, a própria questão de gênero. Gênero ainda não é um conteúdo que tem espaço no ensino de filosofia, ousamos dizer, é um conteúdo que mais encontra resistência e caracteriza-se atualmente, no contexto brasileiro, como um conteúdo delicado. Romper com esse problema não é tarefa fácil. Estudos sobre gênero acontecem em contextos mais livres para o desenvolvimento do pensamento, como nas universidades, onde não há tantas interferências como na educação básica onde a proximidade com os pais dos estudantes e até mesmo da religião leva a uma concepção preconceituosa e distorcida sobre o tema.

Como podemos fazer a transposição do que é pensado no ensino superior para a educação básica? Rosa (2014) ressalta que não basta simplesmente citar nomes de filósofas e dizer que elas existiram ou existem, acrescentaríamos, quando muito, contar sua biografia ou dizer quem foi amante de quem, limitando-se a focos de bastidores. “[...] se faz necessário também conhecer suas ideias e analisar a contribuição das mesmas para as diferentes áreas do conhecimento nas quais se debruçaram, como a educação e a Filosofia. [...] Pensar gênero na Filosofia é [...] considerar que mulheres pensaram e pensam filosoficamente” (p. 77-78) e, a partir de então, criar outros modos de praticar e pensar a filosofia.

Nesse sentido, a autora sugere a problematização do currículo oculto das escolas, das questões que envolvem gênero, mas que não são ditas, não são explicitadas, mas simplesmente se aceita como normal ou dado como ocorre nas relações de poder, nos espaços implicitamente demarcados por gênero como no esporte e nos cargos de chefia. É importante observar estas situações do cotidiano que acontecem não somente dentro da sala de aula, mas na escola como um todo. Rosa (2014) sugere o debate envolvendo

reivindicações feministas, que inclua conteúdos diferentes dos tradicionais, que traga para a sala de aula reivindicações dos mais diversos movimentos sociais e análise crítica do legado cultural da sociedade.

Mas, conforme vimos na introdução deste texto, gênero é um conceito polissêmico e vai muito além das questões políticas e dos papéis sociais que envolvem o binarismo masculino e feminino. Gênero também significa a desconstrução desse binarismo sedimentado e a problematização das identidades múltiplas que incomodam e questionam o *status quo*. Gênero, por fim, implica o reconhecimento de múltiplas e flutuantes identidades e isso também é importante que se problematize no ensino de filosofia. Porém, quais são as possibilidades reais de que isso venha acontecer? Qual é a abertura que realmente temos para tornar isso uma realidade? É o que propomos discutir no tópico seguinte.

IDENTIDADES PLURAIS DE GÊNERO: DESAFIOS NO ENSINO DE FILOSOFIA

A antropóloga Heloisa de Almeida, baseando-se em Joan Scott, Judith Butler e Michel Foucault, entende que há no gênero uma formação subjetiva da identidade. Gênero remete à ideia de que não há a identidade comum e universal de ser mulher, por exemplo, porque cada sujeito em particular é atravessado por experiências e diferenças sociais que formam a sua identidade. Nem sempre há uma correspondência entre sexo, gênero, desejo e prática sexual. Ou seja, “[...] essa identidade é socialmente produzida dentro das possibilidades culturais vigentes e das normas de gênero de cada época e contexto social, para além do universo doméstico e familiar” (ALMEIDA, 2020, p. 38).

Isso implica também que o sexo biológico não determina necessariamente a orientação sexual (heterossexual, homossexual ou bissexual), nem a identidade de gênero (homem, mulher, gay, lésbica, travesti, transexual, transgênero, etc.) que alguém vai assumir pessoal e socialmente. A grande bandeira do movimento **LGBT** (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) é justamente pelo reconhecimento, com o mesmo grau de dignidade, dessas identidades de gênero alternativas aos padrões tradicionalmente reconhecidos (GABOARDI, 2014, p. 17, grifos do autor).

Compreendemos que inserir filósofas no plano de aula ou resgatar filósofas na história do pensamento não parece ser uma tarefa muito fácil no ensino de filosofia do

ensino médio. Mas como trabalhar as identidades de gênero, que é algo bem mais complexo e até mesmo tabu para muitas famílias? Ediovani Gaboardi, em seus estudos, apresenta uma proposta para trabalhar a diversidade de gênero no ensino de filosofia. Para o autor, à primeira vista, a diversidade de gênero não parece ser um conteúdo a ser trabalhado nas aulas de filosofia, não há em nenhum documento explicitando isso, nem mesmo na seção de *conhecimentos de filosofia*.

[...] das *Orientações Curriculares para o Ensino Médio – ciências humanas e suas tecnologias*, [...] que pode ser considerado o documento do MEC mais detalhado na apresentação dos conteúdos e das competências e habilidades a serem trabalhados nas aulas de Filosofia do ensino médio (GABOARDI, 2014, p. 15).

Mas o autor tenta contornar essa situação recorrendo ao artigo 3º da Resolução CEB n.º 3, de 26 de junho de 1998, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e também as Orientações curriculares. Nesses dois documentos, segundo Gaboardi (2014), existem os três princípios que orientam todo o ensino médio, que são: “[...] a estética da sensibilidade, a política da igualdade e a ética da identidade” (p. 16). O autor demonstra, então, como trabalhar esses três princípios no ensino de filosofia articulados à temática da diversidade de gênero. Segundo Gaboardi (2014):

A estética da sensibilidade, dentre outras coisas, deve ajudar o aluno a “[...] fazer do lazer, da sexualidade e da imaginação um exercício de liberdade responsável”. A política da igualdade deve levar ao “[...] combate a todas as formas discriminatórias [...]”. E a ética da identidade deve estimular o aluno a praticar “[...] um humanismo contemporâneo, pelo reconhecimento, pelo respeito e pelo acolhimento da identidade do outro [...]” (BRASIL, 2006, p. 25). Da mesma forma, nos objetivos da filosofia estão incluídos “[...] o preparo para o exercício da cidadania [...]” e o “aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico” (BRASIL, 2006, p. 28) (p. 16).

O autor lembra que a orientação sexual já é reconhecida como tema transversal a ser trabalhado nas escolas de educação básica já há muito tempo. Mas ela está misturada com uma série de outros temas, também sensíveis, que podem eclipsar a temática da diversidade e identidade de gênero como DSTs, gravidez precoce, aborto, violência sexual, identidade corporal e sexual, sexo na adolescência dentre outros. “Embora outros temas além da orientação sexual também sejam tabus, a diversidade de gênero é sem dúvida um dos mais polêmicos, justamente porque as identidades de gênero alternativas não possuem atualmente um reconhecimento social pleno” (GABOARDI,

2014, p. 17, nota 1). A maior parte destes assuntos são atravessados por preconceitos, crenças religiosas que se faz presente fortemente dentro da escola.

Mesmo que os princípios do Estado democrático estejam acima dos preconceitos e dos medos infundados, é ingênuo acreditar que em um dado momento todos irão pensar como sugere Gaboardi: “[...] não posso ferir os princípios do Estado democrático, pois estes são os mesmos que me protegem das concepções subjetivas negativas que os outros podem ter em relação a mim” (2014, p. 21). Ou que:

Embora as famílias tenham o direito de educar os filhos a partir dos valores e das concepções de bem que considerarem melhores, esses elementos não podem ser opostos aos princípios do Estado democrático. Por isso, as famílias precisarão aceitar que seus filhos sejam expostos, na Escola, a uma educação que vise esses princípios (GABOARDI, 2014, p. 23).

Não podemos esperar bom senso onde há incongruência de ideias. Lorieri (2014) descreve a discrepância entre o que está proposto nos documentos e as práticas sociais. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, por exemplo, que são direito inerentes a toda e qualquer pessoa humana, quando esses direitos são enunciados obtém-se um acordo entre todos, porém, “[...] quando se trata de passar à ação, ainda que o fundamento seja inquestionável, começam as reservas e as oposições” (p. 34).

No atual contexto, a diversidade de gênero, na escola, caracteriza-se também como um campo de disputa ideológica, como podemos constatar nas tensões existentes entre o Estado democrático e a diversidade de gênero. Essa disputa não permite, por enquanto, que a diversidade de gênero seja ainda uma temática com um lugar garantido na escola. Logo, é preciso lutar pela conquista, de fato e não apenas de direito, desse espaço não somente para a filosofia, mas para todas as áreas de conhecimento e toda a comunidade esclarecida. Mas isso, claro, não é uma tarefa fácil e ainda vai levar algum tempo.

Gaboardi (2014) lembra que existem setores da nossa sociedade que estão sempre combatendo qualquer discussão ou iniciativa governamental em relação à temática sobre a diversidade de gênero nas escolas. Além do preconceito, existem ainda medos infundados, que faz com que a simples menção do tema realizaria uma função deseducativa. Por exemplo, “[...] o caso do kit anti-homofobia (chamado pejorativamente de kit gay), desenvolvido pelo Ministério da Educação [...]. O argumento básico contra sua distribuição nas escolas é que ele estimularia a homossexualidade e outros comportamentos inadequados entre as crianças e os

adolescentes” (p. 17).

Infelizmente, a homoafetividade, as identidades *queer*, são consideradas, pelos grupos conservadores e radicais da nossa sociedade, como moralmente ruins a tal ponto que toda e qualquer ação pedagógica, ação política, discussão e debate público, que possa trazer essa questão à luz e torná-la pública são consideradas nefastas e insultos “aos bons costumes”. Para estes grupos, tudo bem que estas identidades “anormais” e “desviantes” existam desde que permaneçam à margem da sociedade, escondidas, camufladas e sem direitos de serem quem são, sem, no entanto, direito à proteção.

Gaboardi (2014) lança um questionamento: “Como, então, trabalhar a diversidade de gênero nas aulas de Filosofia, sem ferir o direito das famílias de educar seus filhos da forma como acharem melhor?” Uma proposta inicial sugerida pelo autor é o trabalho interdisciplinar da filosofia com as demais áreas do conhecimento no sentido de fazer circular a informação, pura e simplesmente, estimulando pesquisas para que os estudantes esclareçam suas dúvidas de modo satisfatório. “Talvez a maioria dessas informações não seja da alçada da Filosofia, mas sem elas o debate [filosófico] talvez não possa prosseguir” (p. 25). Além da informação, há também uma das principais tarefas da filosofia, “[...] exercício crítico, aplicado diretamente sobre as teses que pretendem demonstrar a obrigatoriedade da correlação direta entre sexo biológico e identidade de gênero” (p. 25).

Como dissemos antes, das três maneiras ou possibilidades de ensinar a questão de gênero na escola, esta última parece ser a mais difícil de praticar. Em parte, para além do que já foi dito, essa dificuldade tem origem na formação do professor de filosofia. O professor que leciona atualmente filosofia, em boa medida, cursou uma licenciatura na qual o tema do gênero não aparecia como no debate explicitamente.

GARANTIA E A OBRIGATORIEDADE DE ENSINAR SOBRE GÊNERO

Como trabalhar as temáticas de gênero na filosofia do ensino médio, no contexto da Lei n.º 13.467/2017 e da atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC)? Frequentemente, no ensino médio, o conteúdo de filosofia é abordado a partir de três perspectivas principais: histórica, tematizada e a partir da problematização. Em todas essas abordagens, é possível ao docente inserir, em seu plano de aula, conteúdos que abordem a temática de gênero de algum modo, seja inserindo e resgatando a filosofia pensada por mulheres ou abordando a questão da diversidade de gênero diretamente.

Mas isso depende, primeiramente, da disposição do docente e, em seguida, do contexto escolar no qual o professor está inserido.

A partir da Lei n.º 13.467/2017 e da BNCC (2018), a autonomia do docente de filosofia pode ficar limitada no sentido de que, através do ensino por área de conhecimento, esse professor pode não ministrar somente aulas de filosofia, uma vez que o texto da lei assegura os estudos e práticas e não a filosofia como componente obrigatório, ficando seus conteúdos diluídos. Existe ainda a possibilidade de que professores de outras áreas de conhecimento ocupem o espaço do professor de filosofia. Como bem observa Sílvio Gallo (2022), o ensino por área e a legitimação de professores *honoris causa*, como indica a BNCC (2018) e a Lei 13.415/2017, para o ensino na área de humanas, não garantem um ensino satisfatório em todas as disciplinas da área, muito menos para a Filosofia.

Como se sabe, a BNCC, teoricamente, é um projeto de construção coletiva. Porém, por ser um artefato político. Nele é possível notar, claramente, a ideologia conservadora quando comparamos a primeira e a segunda versão, construídas de forma plural, com a versão definitiva. A última versão sofreu interferências por parte dos conservadores que estavam no poder entre 2017 e 2022. Em relação à diversidade de gênero, encontramos, explicitamente, como primeiro princípio ético das primeiras versões o respeito e acolhimento das pessoas em sua diversidade de gênero e orientação sexual.

Na segunda versão, ao tratar da estrutura do componente do ensino médio, principalmente em biologia, é reforçada a necessidade da informação para que o estudante bem informado possa posicionar-se e tomar decisões em relação às questões como gênero, sexualidade, orientação sexual, aborto, dentre outras temáticas igualmente relevantes. Gênero e temáticas semelhantes também aparecem nos direitos de aprendizagem e competência gerais da educação básica, na segunda versão da BNCC.

Na versão oficial, são retiradas todas estas referências, não há em nenhum momento a menção da palavra “gênero”, exceto quando se trata de gêneros textuais, também não encontramos os termos “orientação sexual” e “aborto”, a sexualidade é citada na disciplina de ciências para o ensino fundamental relacionado à reprodução humanas e à saúde. À primeira vista, olhando da perspectiva de um docente de filosofia, isso pode parecer assustadoramente paralisante. Parece, de imediato, não haver saídas.

Mas, lembremos que, como uma construção política, a BNCC não é algo sedimentado no tempo, podemos questioná-la, modificá-la e encontrar, nas suas brechas o espaço para que a temática de gênero possa ser abordada na aula de filosofia. A escola não pode negar a pluralidade humana, uma vez que essa pluralidade está dentro da própria escola ocupando o espaço que lhe é de direito e reivindicando para si o olhar do outro que seja de acolhimento e respeito e não mais de desaprovação ou julgamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão sobre a inclusão das temáticas de gênero no ensino de filosofia do ensino médio revela-se crucial diante das transformações legislativas e curriculares recentes no Brasil. A Lei n.º 13.467/2017 e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 introduzem novos desafios e possibilidades para os educadores, especialmente aqueles que buscam integrar perspectivas de gênero de forma significativa no currículo escolar. Apesar das limitações impostas pela flexibilização curricular e da supressão de referências explícitas à diversidade de gênero na BNCC final, há ainda espaço para uma abordagem crítica e reflexiva na educação filosófica, capaz de promover o entendimento e o respeito às múltiplas identidades de gênero.

A resistência à inclusão de temas de gênero reflete um embate ideológico que permeia a construção das políticas educacionais no país. A partir de uma BNCC influenciada por posicionamentos conservadores, o ensino de filosofia enfrenta o desafio de preservar sua autonomia e seu papel crítico diante das normativas institucionais. Nesse contexto, o professor de filosofia desempenha um papel crucial ao explorar as brechas existentes na BNCC para abordar, de maneira ética e informada, questões relacionadas à diversidade sexual e de gênero, preparando os alunos não apenas para o exercício crítico do pensamento, mas também para a cidadania plena em uma sociedade plural.

A educação filosófica, ao incorporar debates sobre gênero, não apenas enriquece o currículo escolar, mas também contribui para a formação de cidadãos conscientes e éticos. Ao proporcionar um espaço para a reflexão sobre as normas de gênero e suas implicações sociais, a filosofia pode promover o respeito à diversidade e combater estereótipos prejudiciais. A abordagem crítica dessas questões não só amplia o horizonte intelectual dos estudantes, mas também os prepara para enfrentar os desafios

de uma sociedade pluralista, onde a inclusão e o respeito às diferenças são fundamentais para a construção de um ambiente escolar e social mais justo e equitativo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Heloísa Buarque de. Gênero. **Mulheres na Filosofia**, v. 6, nº. 3, 2020, p. 33-43.

BRASIL. **BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR**: Brasília: MEC, 2018.

Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf. Acesso em: 22/04/ 2024.

_____. **Lei n.º 11.684, de 2 de junho de 2008**. Altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

GABOARDI, Ediovani Antônio. Um caminho para a diversidade de gênero no ensino de filosofia. In: DANNER, Leno Francisco; DANNER, Fernando (Orgs.). **Ensino de filosofia, gênero e diversidade**: pensando o ensino de filosofia na escola. Porto Alegre: Editora Fi, 2014, p. 14-29.

GALLO, Silvio. **Conferência de abertura do IV Encontro de Filosofia da Bahia (EFIBA)**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kbwBKTMQOkM>. Acesso em: 22/04/2024.

LORIERI, Marcos Antônio. Ensino de Filosofia e diversidade. In: DANNER, Leno Francisco; DANNER, Fernando (ORGS.). **Ensino de filosofia, gênero e diversidade**: pensando o ensino de filosofia na escola. Porto Alegre: Editora Fi, 2014, p. 30-51.

PULEO, Alicia H. Filosofia e gênero: da memória de passado ao projeto de futuro. In.: GODINHO, T.; SILVEIRA, M. L. (ORGS.) **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, n. 8, 2004, p. 13-34.

ROSA, Graziela Rinaldi da. As Relações de gênero, diversidade e o “segundo sexo” na Filosofia. In: DANNER, Leno Francisco; DANNER, Fernando (ORGS.). **Ensino de filosofia, gênero e diversidade**: pensando o ensino de filosofia na escola. Porto Alegre: Editora Fi, 2014, p. 73-81.

SANTOS, Ana Paula dos. Feminismos, interseccionalidades e questões de gênero: enunciações de docentes do curso de biologia. **Dissertação**: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2021, 158f.